





Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao longo dos últimos dez anos, tive a honra e a oportunidade de participar do processo de construção da Transpetro. Não se trata apenas de relatar desafios vencidos, metas concretizadas ou recordes batidos. A história da Transpetro revela como um grupo integrado, determinado e talentoso de trabalhadores conseguiu construir uma importante empresa de logística do Brasil. As vitórias da Companhia são conquistas do Sistema Petrobras, do governo brasileiro e do País.

O mundo mudou. E o Brasil mudou junto. Ao longo da última década, o País cresceu, modernizou-se e promoveu uma forte inclusão social. A Transpetro está firmemente inserida na missão de ajudar a construir este novo País. Nosso foco, como parte integrante do Sistema Petrobras, concentra-se em encontrar as melhores soluções logísticas – e com menores custos e mais segurança – para o gigantesco esforço que vai nos transformar num dos maiores produtores mundiais de petróleo e gás. Até 2020, vamos sair dos atuais 2 milhões para 4 milhões de barris de petróleo por dia.

Os números do nosso desempenho operacional e financeiro, não só em 2013, mas ao longo dos últimos dez anos, são o atestado de que implementamos um programa de gestão para resultados, visando a alcançar rapidamente o nosso objetivo: ajudar a prover o Brasil de um eficiente sistema logístico, capaz de transformar toda essa riqueza em mais desenvolvimento econômico e social. Mais do que isso, conseguimos comprovar que é possível realizar investimentos relevantes em infraestrutura, gerar milhares de empregos e ao mesmo tempo obter resultados que sustentem esse crescimento. A maior mudança foi na cultura da Companhia, que passou a incorporar a busca constante por melhores resultados a menores custos.

A Transpetro teve expressivos ganhos reais em produtividade. Aumentamos o nosso nível de serviços. Isso significa mais ativos em operação, expansão dos serviços que já eram prestados, bem como o desenvolvimento e a implantação de novas soluções logísticas. Todos esses fatores nos permitiram elevar o volume transportado de petróleo, gás e derivados.

Nada aconteceu por acaso. É importante destacar que entre 2003 e 2008 nos dedicamos a uma fase de preparação, planejamento e ajustes para dotar a Companhia das competências necessárias para o salto dos anos seguintes. Entre as principais medidas, podemos destacar: parcerias que nos permitiram criar e desenvolver centros de referência em tecnologia, tais como CTDUT, CREDUTO, CNCO, entre outros; criação da Diretoria de Gás Natural, face à demanda do Sistema Petrobras; conclusão de 100% do controle remoto da malha dos gasodutos; início das operações com biodiesel; e lançamento da primeira e da segunda fases do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) para a construção de 49 navios.

Mesmo com todas as ações de ajustes feitas nesse período (2003-2008), o lucro líquido apresentou taxa média de crescimento anual de 2,4%. O volume movimentado em nossos terminais e oleodutos cresceu, em média, 2,6%. A malha dos gasodutos operados pela Transpetro cresceu 7,7% ao ano. E mantivemos a operação de 54 navios.

Os resultados relevantes não tardaram a surgir. No horizonte de 2008 a 2013, o lucro líquido teve crescimento anual de 19,5% em média; o EBITDA cresceu, em média, 15,5% ao ano; a movimentação em terminais e oleodutos aumentou em 27,5 milhões de m³ por ano, chegando a 800 milhões de m³ em 2013. Saímos de uma malha de gasodutos de 4.410 km para 7.152 km. Aumentamos a capacidade de processamento de gás natural em 32%, chegando a 19,7 milhões de m³ por dia em 2013. E operamos, ao longo do mesmo ano, 60 navios.

O resultado apresentado no balanço de 2013 demonstra um crescimento de 12% do faturamento consolidado da Transpetro, quando comparado ao exercício anterior. O lucro líquido cresceu 30,1% e o EBITDA consolidado aumentou 25,6%, também na comparação com 2012. Esse resultado foi sustentado por um crescimento de 4,3% no volume movimentado nos 48 terminais e 7.517 km de oleodutos, e na operação de 7.152 km de gasodutos e de 60 navios ao longo de 2013.

O aumento de produtividade demonstrado é resultado direto de uma gestão eficaz na utilização dos recursos, com disciplina de capital e visão de sustentabilidade. Em 2013, um dos pilares da gestão foi o Programa de Otimização de Custos Operacionais (PROCOP), implementado pelo Sistema Petrobras, que abrangeu toda a Transpetro e contribuiu para importantes mudanças na cultura de gestão dos gastos. A partir de um plano estruturado com ações específicas e modelo de governança bem definido, o Programa proporcionou uma economia superior a R\$ 230 milhões.

Quando examinamos numa perspectiva mais longa, os indicadores de desempenho são ainda mais expressivos. Desde 2003, nosso investimento consolidado cresceu, em média, 46% ao ano: partindo da realização de R\$ 34 milhões em 2003 para R\$ 1,5 bilhão em 2013, com o PROMEF e a modernização e adequação da infraestrutura de dutos, navios e terminais. No mesmo período, o faturamento aumentou 13,5% ao ano. O EBITDA, também em igual período, aumentou 15,1% ao ano e, em números absolutos, acompanhou o crescimento para sustentar os investimentos. Esse crescimento foi fundamentado pelo aumento da atividade da Transpetro, com ganhos efetivos de produtividade, ano após ano.

Os indicadores econômico-financeiros demonstram os resultados da Companhia em bases sólidas. Mas uma empresa só se desenvolve de forma sustentável quando todos os aspectos ligados à sua operação são devidamente estruturados e valorizados. Por isso, destacamos a trajetória de sucesso dos indicadores de segurança e integridade das instalações e SMS, superando metas agressivas, a cada ano. Muito mais do que uma prioridade, segurança, para a Transpetro, é um valor fundamental.

A competência da Transpetro vai além das nossas atividades de logística. Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então ministra Dilma Rousseff, numa prova de visão de futuro, delegaram a nós a tarefa de gerir um plano que tinha o objetivo – para muitos, inalcançável – de fazer renascer a indústria naval brasileira em bases modernas e competitivas.

Com o mesmo espírito e com as mesmas diretrizes que já vinham norteando as nossas ações, desenvolvemos e implantamos o PROMEF. Esse programa tinha o claro propósito de encomendar no Brasil parte dos navios a serem demandados pela Petrobras para movimentar a produção de petróleo e combustíveis em nosso território.

Muitos duvidaram da viabilidade de retomar, no País, a construção de petroleiros. Mas os resultados estão aí. A nova face da indústria naval brasileira foi moldada graças à determinação de todos os empregados da Transpetro e de nossos parceiros (universidades, sindicatos patronais e de trabalhadores, governos, federações).

O PROMEF é composto por três pilares. Os dois primeiros já estão firmemente assentados: voltamos a construir navios no Brasil, com índice de nacionalização igual ou superior a 65%.

O terceiro pilar – dotar a nova indústria naval brasileira de competitividade internacional – está em pleno andamento e os resultados são animadores. Reunimos dezenas de técnicos brasileiros e também dos gigantes asiáticos do setor e estamos modernizando os processos construtivos e de gestão dos estaleiros que fornecem os navios do PROMEF. O Brasil já está no caminho para recuperar o seu lugar como um importante player do setor naval.

Em 2013, foram entregues três navios: Zumbi dos Palmares, José Alencar e Dragão do Mar. Em dezembro, 11 embarcações estavam em diferentes fases de construção. Além disso, o Promef Hidrovia chegou ao fim do ano com três comboios em construção. Para 2014, a previsão é entregar 5 navios e 3 comboios hidroviários. Há décadas a indústria naval não vivia uma fase tão movimentada por encomendas, construções e entregas.

Para mim, é uma honra informar o desempenho da Transpetro de 2013. Antes de tudo, por atestar a capacidade técnica e de administração da nossa força de trabalho, que vem se esforçando na busca da excelência dos serviços prestados à Petrobras e à população brasileira. Os resultados de 2013 e os números consolidados desde 2003 comprovam que cumprimos a missão que nos foi delegada pelo Sistema Petrobras: conseguimos unir desenvolvimento e resultados em um modelo vencedor de gestão.

Nós, da Transpetro, temos plena consciência do momento histórico que o Brasil vive. E continuaremos participando ativamente desse processo de transformação do País, que caminha para desempenhar, cada vez mais, um papel de destaque entre as grandes nações do mundo.

Sergio Machado Presidente da Transpetro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

		Co	ntroladora	Cc	<u>onsolidado</u>	
Ativo	<u>Nota</u>	2013	2012	2013	2012	Passivo e patrim
Circulante						Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	6	774.583	457.009	1.136.884	634.425	Financiamentos
Contas a receber	8	8.306	19.820	8.306	19.820	Fornecedores
Contas a receber de partes relacionadas	8 e 9	866.769	736.148	809.321	709.359	Contas a pagar a
Adiantamento a fornecedores		10.420	12.934	17.836	18.523	Impostos e cont
Sinistros avisados		3.106	36.630	4.681	40.279	Provisão para in
Estoques		42.104	30.446	42.104	30.446	Dividendos e jur
Impostos a recuperar	10	159.703	38.168	159.840	38.414	Salários, benefí
Despesas antecipadas		4.274	1.836	44.363	31.708	Provisão para pa
Outros ativos circulantes		64.516	34.240	64.986	34.240	o resultado
		1.933.781	1.367.231	2.288.321	<u>1.557.214</u>	Demais contas e
Ativos destinados à alienação	13	15.224		15.224		Receitas a aprop
		1.949.005	<u>1.367.231</u>	2.303.545	<u>1.557.214</u>	Não circulante
Não circulante						Financiamentos
Realizável a longo prazo						Impostos e cont
Títulos e valores mobiliários	7	43.048	52.068	43.048	52.068	Provisão para co
Adiantamento para futuro aumento de capital	9 e 17	-	265.806	-	-	Receitas a aprop
Sinistros avisados		29.495	-	29.495	-	Passivo atuarial
Adiantamento a fornecedores		136.574	93.974	136.574	93.974	. 435.70 4444.744
Depósitos judiciais	15	71.193	40.974	71.193	40.974	Patrimônio líquio
		280.310	452.822	280.310	<u> 187.016</u>	Capital social re
Investimentos	12	663.863	239.466	_	-	Reserva de capi
Imobilizado	13 e 27	5.208.450	4.162.484	5.592.331	4.506.603	Reservas de luc
Intangível		7.882	14.096	7.882	14.097	Ajustes de avali
		<u>5.880.195</u>	<u>4.416.046</u>	5.600.213	<u>4.520.700</u>	-
Total do ativo		0 100 510	6.236.099	0.104.060	6 264 070	Total do passivo

		Co	ntroladora	Cc	nsolidado
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2013	2012	2013	2012
Circulante					
Financiamentos	27	96.445	45.827	96.445	45.827
Fornecedores		281.128	253.151	282.483	266.676
Contas a pagar a partes relacionadas	9	188.602	151.769	260.624	163.848
Impostos e contribuições sociais a recolher	14	147.754	124.163	148.884	127.373
Provisão para imposto de renda e contribuição social		_	41.951	_	41.951
Dividendos e juros sobre capital próprio	18	185.854	164.721	185.854	164.721
Salários, benefícios e encargos sociais a recolher		68.960	23.854	69.010	23.871
Provisão para participação de empregados sobre					
o resultado	21	69.721	64.467	69.721	64.467
Demais contas e despesas a pagar		19.614	15.539	19.614	15.539
Receitas a apropriar		826	2.473	826	2.473
		1.058.904	887.915	<u>1.133.462</u>	916.746
Não circulante					
Financiamentos	27	2.129.102	1.384.249	2.129.102	1.384.249
Impostos e contribuições sociais diferidos	11	17.843	5.024	17.843	5.024
Provisão para contingências	15	16.184	21.844	16.184	21.844
Receitas a apropriar		7.419	2.069	7.419	2.069
Passivo atuarial	16	47.632	29.230	47.632	29.230
		<u>2.218.180</u>	1.442.416	2.218.180	<u>1.442.416</u>
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	18	3.202.960	2.946.300	3.202.960	2.946.300
Reserva de capital	18	5.792	5.792	5.792	5.792
Reservas de lucros	18	1.501.313	953.018	1.501.313	953.018
Ajustes de avaliação patrimonial	18	<u>122.361</u>	658	<u>122.361</u>	658
		<u>4.832.426</u>	3.905.768	<u>4.832.426</u>	3.905.768
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>8.109.510</u>	<u>6.236.099</u>	<u>8.184.068</u>	<u>6.264.930</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

			Controladora		Consolidado
	<u>Nota</u>	2013	2012	2013	2012
Receita líquida de serviços prestados	22	5.848.852	5.342.183	6.619.901	5.905.663
Custo dos serviços prestados	23	(3.688.860)	(3.478.741)	(4.380.584)	(3.983.155)
Lucro bruto		2.159.992	1.863.442	2.239.317	1.922.508
Despesas operacionais					
Vendas	23	(32.080)	(30.535)	(32.080)	(30.535)
Gerais e administrativas					
De administração	23	(786.083)	(713.064)	(789.897)	(715.259)
De honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	26	(8.475)	(7.509)	(8.475)	(7.509)
Tributárias		(34.489)	(30.738)	(34.488)	(30.738)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(24.083)	(60.432)	(24.083)	(59.572)
		(885.210)	(842.278)	(889.023)	(843.613)
Participação em controlada	12	74.879	55.244	_	
Lucro antes do resultado financeiro		1.349.661	1.076.408	1.350.294	1.078.895
Receitas financeiras	25	56.737	62.999	57.703	63.792
Despesas financeiras	25	(82.375)	(40.967)	(82.484)	(41.002)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	_	(1.913)	5.228	(2.327)	5.202
	_	(27.551)	27.260	(27.108)	27.992
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		1.322.110	1.103.668	1.323.186	1.106.887
Imposto de renda	11	(239.344)	(238.562)	(240.420)	(241.781)
Contribuição social	11 _	(88.991)	(90.294)	(88.991)	(90.294)
Lucro antes das participações dos empregados		993.775	774.812	993.775	774.812
Lucro antes das participações dos empregados	21 _	(69.314)	(64.166)	(69.314)	(64.166)
Lucro líquido do exercício	=	924.461	710.646	924.461	710.646
Lucro por ação básico e diluído - R\$	19	0,29	0,27		
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	18	3.202.960	2.946.300		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	-	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício	924.461	710.646	924.461	710.646
Outros componentes do resultado abrangente				
ltens que não serão reclassificados para o resultado				
Remensuração das obrigações de benefícios pós-emprego, líquidos dos efeitos tributários (Nota 16)	36.850	_	36.850	_
ltens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Ajuste de conversão de investimento no exterior	84.853	16.986	84.853	16.986
Total de outros componentes do resultado abrangente	121.703	16.986	121.703	16.986
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	1.046.164	727.632	1.046.164	727.632
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis				





Petrobras Transporte S.A.CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

										Controladora e o	<u>consolidado</u>
			Reserva de capital				Reserva	s de lucros			
	(Capital social			Lucros a	Incentivos	Dividendo adicional	Retenção	Lucros	Ajustes de avaliação	
	<u>Nota</u>	<u>realizado</u>	Incentivos fiscais	<u>Legal</u>	realizar	fiscais	proposto	de lucros	acumulados	<u>patrimonial</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011		2.464.466	5.792 7	221.699	1.239	21.452	211.836	330.877	-	(16.328)	3.241.033
Ajuste de conversão de investimento no exterior		-	_	_	_	_	-	-	-	16.986	16.986
Aumento de capital conf. AGE de 20/08/2012:											
Integralização	18	358.920	-	_	_	-	-	-	-	-	358.920
Reserva de incentivos fiscais	18	21.452	_	_	-	(21.452)	-	-	-	_	-
Reserva de retenção de lucro	18	101.462	_	_	_	-	-	(101.462)	-	_	-
Dividendos adicional proposto	18	-	_	_	_	-	(211.836)	(45.260)	-	_	(257.096)
Lucro líquido do exercício		-	_	_	_	-	-	-	710.646	-	710.646
Destinação do lucro											
Reserva legal	18	-	_	35.533	_	-	-	-	(35.533)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	18	-	-	_	-	16.228	-	-	(16.228)	-	-
Reserva de retenção de lucros	18	-	-	_	-	-	-	402.225	(402.225)	-	-
Dividendos adicional proposto	18	-	-	_	-	-	91.939	-	(91.939)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 _				_		=		(164.721)	=	(164.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		2.946.300	5.792	257.232	1.239	16.228	91.939	586.380	_	658	3.905.768
Ajuste de conversão de investimento no exterior		-	_	_	_	-	-	_	-	84.853	84.853
Remensuração passivo atuarial - Petro 2	16	-	_	_	_	-	-	_	-	36.850	36.850
Ajuste cálculo atuarial Petros 2/2012 (Nota 2.1)	2.1	-	_	_	_	-	-	_	(27.748)	_	(27.748)
Integralização de capital conf. AGE de 12 de abril 2013:	18	256.660	_	_	_	-	-	_	-	_	256.660
Dividendo adicional proposto 2012	18	-	_	_	_	-	(91.939)	_	-	_	(91.939)
Complemento dividendo 2012	18	-	_	_	_	-	-	(41.336)	-	_	(41.336)
Lucros líquido do exercício		-	_	_	_	_	-	_	924.461	-	924.461
Destinação do lucro											
Reserva legal	18	-	_	46.223	_	_	-	_	(46.223)	-	_
Reserva de incentivos fiscais	18	-	_	_	_	17.665	_	_	(17.665)	_	-
Reserva de retenção de lucros		_	_	-	-	_	_	271.914	(271.914)	_	_
Dividendos adicional proposto	18	_	_	-	-	-	345.768	_	(345.768)	_	_
Dividendos mínimos obrigatórios	18 _		<u> </u>		_		_ _		(215.143)	<u>-</u> .	(215.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	_	3.202.960	5.792	303.455	1.239	33.893	345.768	816.958	=	122.361	4.832.426

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	Cor	<u>troladora</u>	Coi	<u>nsolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012	
Atividade operacional					
Lucro líquido do exercício	924.461	710.646	924.461	710.646	
Ajustes					
Participação em empresa controlada	(74.879)	(55.244)	_	_	
Depreciação e amortização	276.872	243.862	325.016	280.785	
Valor residual de bens baixados do permanente	(3.963)	36.864	(3.963)	36.864	
Variações financeiros sobre empréstimos e financiamentos	82.779	33.606	82.779	33.606	
Variação cambial sobre operações com empresas					
do sistema Petrobras	(9.086)	(35.614)	(9.086)	(35.942)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.675	1.078	1.675	1.078	
Provisão para devedores duvidosos	132	1.195	132	1.195	
Provisão (Reversão) para contingências	(5.660)	5.021	(5.660)	5.021	
Provisão atuarial com plano de pensão	38.647	29.230	38.647	29.230	
Outros ajustes	1.141	41	(12.618)	5.103	
Variações nos ativos e passivos					
Redução (aumento) de contas a receber de CP e LP	5.990	(15.040)	5.990	(15.040)	
Redução (aumento) de estoques	(11.658)	(20.548)	(11.658)	(20.548)	
Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores - CP	2.514	(3.438)	687	(3.424)	
Redução (aumento) de outros ativos circulante	(20.795)	(18.283)	(19.195)	(19.810)	
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(30.220)	(9.254)	(30.220)	(9.254)	
Redução (aumento) de despesas antecipadas		4.232	(12.665)	(4.917)	
Aumento (redução) de fornecedores	37.064	(124.319)	24.895	(120.586)	
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições					
de CP e LP	(2.448)	102.013	(4.417)	94.617	
Aumento (redução) de salários, férias e encargos	39.655	(15.071)	39.688	(15.055)	
Aumento (redução) de PLR	5.254	(25.263)	5.254	(25.263)	
Aumento (redução) de receita diferida	3.704	1.398	3.704	1.398	
Aumento (redução) de outros passivos circulante	12.687	85.944	12.702	96.304	
Aumento (redução) de outros passivos não circulante	. –	(69.071)	_	(69.071)	
Redução (aumento) de operações de CP e LP com emp. do sistema -	-				
contas a receber	(125.228)	(8.892)	(94.569)	7.410	
Aumento (redução) de operações de CP e LP com emp. do sistema -					
contas a pagar			<u>96.776</u>		
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	1.183.032	<u>794.792</u>	<u>1.358.355</u>	904.639	
Atividade de financiamento					
Empréstimos e financiamentos de terceiros		204.688	360.000	204.688	
Amortização principal - Financiamentos de terceiros		(5.399)	(54.462)	(5.399)	
Amortização de juros de terceiros		(8.517)		(8.517)	
Dividendos pagos	(49.947)	<u>(65.759</u>)	(49.947)	(65.759)	
Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	<u>180.613</u>	<u>125.013</u>	<u>180.613</u>	<u>125.013</u>	
Atividade de investimento					
Aquisição de bens imobilizado					
Títulos e valores mobiliários		(5.190)		(5.190)	
Receita com alienação de bens					
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento					
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		43.487	454.095	77.094	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				552.574	
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			1.136.884		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	. <u>317.574</u>	<u>43.487</u>	<u>454.095</u>	<u>77.094</u>	
Informações adicionais ao fluxo de caixa					
Imposto de renda e contribuição social pagos	. 136.381	72.956	136.381	72.956	
Transações de investimento e financiamento que não					
afetaram o caixa				75.	
Dividendos capitalizados		358.920	256.660	358.920	
Adiantamento para futuro aumento de capital		265.806		_	
Ajustes líquidos - adições de imobilizado		439.533	430.327	387.855	
Ajustes líquidos - baixas de imobilizado As notas explicativas da administração são parte integran	. 181.963 te das demo	181.963 onstrações	contáheis	_	

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	Ca	ontroladora .	C	<u>onsolidado</u>
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Vendas de serviços	6.902.217	6.272.408	7.673.266	6.835.887
Outras receitas operacionais	174.927	57.876	174.927	57.876
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	1.362.600	1.297.273	1.394.463	1.319.338
(–) Provisão devedores duvidosos	(132)	(1.195)	(132)	(1.195
nsumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.162.382)	(1.171.356)	(1.384.490)	(1.216.700
Materiais consumidos	(206.443)	(310.372)	(236.761)	(357.157)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.912.248)	(1.690.714)	(1.951.574)	(1.776.449
Créditos fiscais sob materiais consumidos	(6.094)	(6.158)	(6.094)	(6.158
Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros				
e outros	(164.920)	(159.859)	(164.920)	(159.859
alor adicionado bruto	4.987.525	4.287.903	5.498.685	4.695.583
detenções				
Depreciação e amortização	(276.872)	(243.862)	(325.016)	(280.785
alor adicionado líquido produzido pela				
Companhia	4.710.653	4.044.041	5.173.669	4.414.798
/alor adicionado recebido em transferência			311731003	
Resultado de equivalência patrimonial	74 878	55.244	_	_
Receitas financeiras - receita financeira e receita de	/4.0/0	33.244		
variações monetárias e cambiais	00 275	110 442	100 206	121 027
variações monetarias e cambiais				
felen edicione de kakel e diskulturio	174.113			
/alor adicionado total a distribuir	4.884.766	4.209.727	5.2/5.8/5	4.555.821
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	740407	654647	740.476	654647
Pessoal e encargos		654.617	740.136	654.617
Participações de empregados	69.314	64.166	69.314	64.166
Honorários da diretoria e conselho				
de administração	8.475	7.509	8.475	7.509
Mão de obra adicional		432.921	462.459	432.921
Vantagens (alimentação transportes e outros)		202.627	219.822	202.927
Plano de aposentadoria e pensão	36.749	_	38.913	-
FGTS	49.139	47.267	49.139	47.267
	1.584.710	1.409.107	1.588.258	1.409.407
ntidades governamentais				
Impostos contribuições federais	1.106.639	1.006.114	1.107.715	1.006.114
Impostos contribuições estaduais	341.318	299.104	341.318	299.104
Impostos contribuições municipais	87.956	75.261	87.956	75.261
Imposto renda e contribuição social diferido	1.675	1.078	1.675	1.078
	1.537.588	1.381.557	1.538.664	1.381.557
nstituições financeiras				
Despesas financeiras e aluguéis	838.007	708.417	1.222.492	1.034.211
Acionistas				
Lucros retidos	709.318	545.925	709.318	545.925
Dividendos				
lesultado do exercício				
/alor adicionado total distribuído				
A t			J.LIJ.013	1 30.CCC.F

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ministério de



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro ("Companhia") foi constituída em 12 de junho de 1998, como controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e tem por objeto social as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações, próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritária ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas. Atualmente, 99% das operações comerciais da Companhia são realizadas com as Empresas do Sistema Petrobras.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que foram mensurados pelo

Durante o exercício, os seguintes ajustes referentes ao plano de benefício Petros 2 foram efetuados contra a conta de lucros acumulados:

Controladora e consolidado	2013
Ajustes passivo atuarial 2012 - Plano Petros 2 (Nota 16)	35.587
Impostos diferidos - Planos Petros 2	(12.099)
Outros ajustes impostos diferidos	4.260
Total de ajustes efetuados na conta de lucros acumulados	27.748

Em linha com o CPC 23, a administração entende que os ajustes acima não são materiais frente às suas demonstrações contábeis, motivo pelo qual não procedeu à correção nas demonstrações contábeis do ano anterior.

Ainda para fins de comparabilidade foram efetuadas as seguintes reclassificações no balanço patrimonial da Companhia, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2012:

- Montante de R\$ 46.700 referente aos impostos diferidos ativos registrado anteriormente no grupo de Ativo não circulante para o grupo de Passivo não circulante, sendo os valores de impostos diferidos apresentados pelos saldos líquidos no balanço patrimonial da Companhia.
- Montante de R\$ 5.450 referente ao adiantamento de férias registrado anteriormente em outros ativos circulantes para a rubrica de salários, benefícios e encargos sociais a recolher no passivo circulante.

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Petrobras Transportes S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2014.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo os possíveis efeitos da revisão reconhecidos no presente exercício e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão elencadas abaixo:

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na nota explicativa 3 (ítem c).

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(c.2) Recuperação estimada de ativos imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os navios e os demais relacionados aos projetos de expansão do Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF.

A avaliação do impairment dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o

A premissas utilizadas para fins de avaliação de impairment estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 13.

(c.3) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro. As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 11.

(c.4) Provisão para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas e cíveis. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa 15. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processoscuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa $fazer julgamentos \, a \, respeito \, de \, eventos \, futuros, \, cujos \, resultados \, podem \, diferir \, significativamente \, das \, estimativas \, de su transfer de la companyación de la c$ atuais e exceder os valores provisionados.

(c.5) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício. Essa taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos de alta qualidade, sendo estes mantidos em moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 16.

(d) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores, contas a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no resultado abrangente e apresentados como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

(b.1) Reconhecimento e mensuração

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado de, quaisquer custos de transação diretamente

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, classificado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Vide nota explicativa 28.

(b.2) Impairment de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um titulo

(c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Estes valores são apresentados líquidos da respectiva provisão para devedores duvidosos, que é constituída para os valores de terceiros, vencidos há mais de 180 dias, para os quais não haja expectativa clara de recebimento.

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção das operações da companhia são apresentados ao custo médio de aquisição, que não excedem os valores de mercado e/ou de reposição.

(e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo, e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

(f) Demais ativos circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e

cambiais, quando aplicável. (g) Investimento em controladas

campanha até a próxima manutenção relevante.

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertidos para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2013. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa 13, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

Os ativos incluem os encargos financeiros, incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis a aquisição e perdas por não recuperação do ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social. Os gastos relevantes com manutenção dos ativos relevantes (ex. navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

As Benfeitorias em Bens de Terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade da Petrobras, mantidos pela Transpetro para uso na operação. Tais benfeitorias aumentam o uso do bem para campanha adicional e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Benfeitoria em Bens de Ter-
- Benfeitorias cujas obras ainda não foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Obras em Anda-

(i) Arrendamento mercantil

A Companhia classifica seus contratos como leasing financeiro ou operacional com base na substância do contrato, in dependentemente de sua forma. De terminados contratos de arrendamento mercantil transferem substancial mente de la contrata del contrata del contrata de la contrata del contrata del contrata de la contrata del contrata del contrata del contrata de la contrata del coà Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

(i.1) Arrendamento financeiro

Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. A substância econômica dos bens é reconhecida no imobilizado, com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo, é depreciada pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

(i.2) Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos, linearmente, como custo na demonstração de resultados pelo prazo de vigência do contrato de arrendamento.





Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

(j) Intangível

Está avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda para redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia.

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com licença, direito de uso e desenvolvimento de *softwares*.

(k) Redução ao valor recuperável (ativos não financeiros)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

(I) Fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. Os saldos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

(n) Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

(a) Duantaão

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(p) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Até dezembro de 2011, os custos do patrocínio do plano de pensão da Transpetro, na modalidade de Contribuição Definida, foram equivalentes à contribuição ordinária mensal dos participantes não gerando déficits (superávits) para o plano. A partir de dezembro de 2011 a Transpetro aderiu ao Plano Petros 2 na modalidade de contribuição mista.

Plano de contribuição variável (Plano Petros 2)

Nesse plano a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposto a menos riscos.

No Plano Petros 2 o benefício é desvinculado do INSS, o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da Previdência Oficial. A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

(q) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

(r) Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

(s) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

(t) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia (Nota 18(c)). Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

(u) Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas com base nos períodos em que as embarcações estão à disposição da Petrobras e nos volumes de petróleo, derivados e de gás em geral transportados, e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os bens ou os serviços são entregues (ii) o valor pode ser mensurado com segurança, (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Transpetro e de suas controladas integrais Fronape International Company - FIC, localizada nas Ilhas Cayman e Fronape International Company BV - FIC BV, localizada em Roterdam na Holanda. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas demonstrações contábeis da controladora e controlada.

O investimento na FIC e FIC BV está sendo mensurado de acordo com o método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo sua natureza, complementada por:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

5. NORMAS NOVAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Contro	lauura	COLISO	luauu
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	72.790	39.089	201.548	71.438
Aplicações financeiras -cotas do FIDC	701.793	417.919	701.793	417.920
Aplicações financeiras no exterior			233.543	145.067
	774.583	457.009	1.136.884	634.425

O excedente de caixa da Controladora encontra-se aplicado no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Este fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco, é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não "performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Petrobras e suas subsidiárias. Em 2013 a rentabilidade anual deste fundo foi de 8,05% (8,41% em 2012) equivalente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras efetuadas no exterior em dólar norte-americano e euro, através da FIC - Fronape International Company e Fronape International Company BV - FIC BV, são administradas pelo Bank of America, Banco do Brasil New York e Deutsche Bank respectivamente e rentabilizaram, em média, 0,50% em 2013 (0,58% em 2012).

A Companhia classificou seus fundos de investimentos como caixa e equivalentes de caixa por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores registrados em Títulos e Valores Mobiliários, representavam, em sua maioria, valores dados em garantia e bloqueios judiciais, tais como:

	Controladora	e consolidado
	2013	2012
Não circulante		
Bloqueios judiciais - FIDC (i)	42.139	40.357
Depósitos para incentivos fiscais - Reinvestimento (ii)	894	11.691
Outros	15	20
	43.048	52.068

(i) Bloqueio de cotas financeiras aplicadas no fundo de investimento do sistema Petrobras - FIDC (vide nota explicativa 6) para fazer face às demandas judiciais mantidas pela Companhia (nota explicativa 15).

(ii) Depósitos em garantia efetuados junto ao Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, relativos a incentivos fiscais de reinvestimento por projetos em andamento junto a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - "SUDENE" e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - "SUDAM".

8. CONTAS A RECEBER

	Control	adora	Consoli	dado
	2013	2012	2013	2012
Clientes				
Terceiros	12.757	24.139	12.757	24.139
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.451)	(4.319)	(4.451)	(4.319)
	8.306	19.820	8.306	19.820
Partes relacionadas (Nota 9)	866.769	736.148	809.321	709.359
	875.075	755.968	817.627	729.179
Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvid	losa			
Controladora e consolidado			2013	2012
Saldo em 1º de janeiro			(4.319)	(3.124)
Adições			(132)	(1.195)
Saldo em 31 de dezembro			(4.451)	(4.319)

9. PARTES RELACIONADAS

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Petróleo	Fronape	Fronape		Petrobras						
	Brasileiro S.A.	Internacional	Internacional		Distribuidora S.A.			Termomacaé	Demais		
	- Petrobras	Company	Company BV	PNBV	- BR	TAG	TBG	<u>Energia</u>	empresas	2013	2012
Controladora											
Receitas operacionais por prestação de serviços	6.508.822	_	_	_	44.166	248.500	80	_	-	6.801.568	6.215.657
Custo dos serviços prestados											
Afretamento/arrendamento	(579.744)	_	_	_	-	-	_	_	-	(579.744)	(539.864)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros	_	_	_	-	(18.582)	-	-	_	-	(18.582)	(19.794)
Adiantamento para futuro aumento de capital	_	_	_	_	-	-	_	_	-	_	265.806
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	779.425	5.997	51.451	-	4.652	19.521	7	_	5.716	866.769	736.148
Custo de pessoal cedido	(562.792)	_	_	-	-	-	-	_	-	(562.792)	(528.030)
Contas a pagar	(172.598)	_	(2.629)	-	(8.048)	-	-	(3.950)	(1.377)	(188.602)	(151.769)
Consolidado											
Receitas operacionais por prestação de serviços	7.279.871	_	_	_	44.166	248.500	80	_	-	7.572.617	6.779.136
Custo dos serviços prestados-Afretamento/arrendamento	(579.744)	_	_	-	-	-	-	_	-	(579.744)	(539.864)
Custo dos serviços prestados-lubrificantes e outros	_	_	_	_	(18.582)	-	_	_	-	(18.582)	(19.974)
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	779.425	_	_	-	4.652	19.521	7	_	5.715	809.321	709.359
Custo de pessoal cedido	(563.621)	_	_	-	-	-	-	_	-	(563.621)	(528.030)
Contas a pagar	(247.209)	-	-	(39)	(8.048)	_	-	(3.950)	(1.378)	(260.624)	(163.848)



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>	
	2013	2012
ICMS	103	634
Imposto de renda e contribuição social (i)	32.649	7.895
COFINS (i)	50.680	3.775
PIS (i)	9.168	965
INSS (ii)	23.077	19.224
ISS	4.688	5.563
Imposto de renda e contribuição social - antecipação 2013	38.265	-
Outros	1.073	112
	159.703	38.168

(i) Os valores em 2012 de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS, são originários, principalmente, das retenções determinadas pela Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, que afetam todas as receitas oriundas da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Em 2013 foram contabilizados pela Companhia créditos tributários de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de ativos imobilizados no montante de R\$ 29.472 e R\$ 136.995 respectivamente, os valores já foram parcialmente compensados durante o exercício.

(ii) O valor de INSS refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto, atualmente, pela IN RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009.

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Companhia compensou parte dos impostos a recuperar com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro a recolher, respectivamente nos montantes de R\$ 31.650 e R\$ 10.504 (R\$ 133.892 e R\$ 58.727 em 2012), apresentando os saldos líquidos das compensações em seu balanço patrimonial.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre o Lucro são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Os valores credores líquidos registrados em 2013 nos montantes de R\$ 11.912 e R\$ 5.931, para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre o Lucro, respectivamente, (R\$ 2.637 e R\$ 2.387 em 2012 respectivamente),

Segue movimentação dos impostos diferidos durante o exercício:

	Provisão	Provisão
	<u>contingências</u>	devedores duvidosos
Saldo inicial 2011	5.719	1.062
Resultado	1.707	406
Saldo final 2012	7.427	1.468
Resultado	(1.924)	45
Outros resultados abrangentes	_	_
Outros (Nota 2.1)		
Saldo final 2013.	5.503	1.514

A administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da solução final das contingências e eventos.

A reconciliação dos encargos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, apurados conforme as alíquotas nominais e os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2013 e 2012 estão apresentados a seguir:

	Control	adora
	2013	2012
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	1.256.634	1.039.502
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(427.255)	(353.430)
Juros sobre capital próprio	66.387	_
Adições/exclusões permanentes, líquidas	7.340	8.171
Incentivos fiscais	8.315	6.765
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT)	_	5.430
Ajuste Petros 2 (Nota 2.1)	(7.839)	_
Participações em Controladas	25.459	_
Outros	(743)	4.208
Despesa com formação de provisões para imposto contribuição social	(328.336)	(328.856)
IR e CSLL correntes	(326.661)	(327.778)
IR e CSLL diferidos	(1.675)	(1.078)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	25,99	<u>31,64</u>

A despesa de impostos sobre o lucro apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R\$ 1.076 relativa aos impostos sobre o lucro apurado pela controlada FIC BV durante o exercício de 2013 (R\$ 3.219 em 2012).

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que:

- Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.
- Revoga o Regime Tributário de Transição RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.
- Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (REFIS da Crise), instituído pela Lei nº

foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para: contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias), devedores duvidosos, despesas de pessoal (reajuste e abono salarial do quadro de marítimos), participação de empregados nos lucros - PLR e diferença entre a depreciação contábil com base no CPC 27 e a fiscal com base na IN SRF 162/98. Os efeitos destes impostos foram integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consol	idado
	2013	2012	2013	2012
Ativo não circulante				
Provisão para contingências	16.184	21.844	16.184	21.844
Provisão para devedores duvidosos	4.451	4.319	4.451	4.319
Provisão para despesas de pessoal	25.674	_	25.674	_
Provisão para PLR	69.314	64.467	69.314	64.467
Provisão para perda com incentivos fiscais (i)	5.752	5.752	5.752	5.752
Benefício Fiscal - PAT (ii)	23.995	21.721	23.995	21.721
Passivo atuarial - plano Petros 2	47.632	29.230	47.632	29.230
Passivo não circulante				
Diferença depreciação - revisão de vida útil de navios	(191.050)	(118.461)	(191.050)	(118.461)
Diferença depreciação - revisão de vida útil de braços de				
carregamento de Terminais	(33.599)	(24.228)	(33.599)	(24.228)
Diferença depreciação - revisão de vida útil de tanques e				
dutovia de Suape	(10.254)	(5.696)	(10.254)	(5.696)
Leasing Ataulfo Cartola	-	(3.746)	_	(3.746)
Alíquota vigente - %	34	34	34	34
Impostos diferidos	(17.843)	(5.024)	(17.843)	(5.024)

- (i) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de contribuição social.
- (ii) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de imposto de renda.

Incentivos e

507

5.441

5.948

benefícios fiscais

45 10.377 568 13.141 (25.156) (1.675)(18.983) (18.983)12.099 (4.260)<u>7.839</u> (79.867) 1.514 32.296 6.517 16.195 <u>(17.843</u>) Essa Medida Provisória está em processo de tramitação no Congresso Nacional, podendo sofrer modificações em

Diferença

vida útil

(49.332)

(1.119)

(50.451)

Passivo

atuarial

9.938

9.938

Leasing

(1.274)

(1.274)

<u>Total</u>

(3.946)

(1.078)

(5.024)

<u>financeiro</u>

seu texto quando de sua conversão em lei, ou mesmo perder a eficácia, nos termos da Constituição Federal. Existe, ainda, a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Com base nas análises preliminares efetuadas, a Administração entende que não haverá impactos tributários relevantes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

12. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

Provisão despesas

de pessoal e PLR

38.097

(16.179)

21.919

Provisão

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado das empresas Fronape International Company - FIC e Fronape International BV (FIC BV). Essas companhias, estão sediadas nas Ilhas Cayman e Holanda respectivamente e tem como objetivo a exploração de transporte por meio de embarcações (vide nota explicativa 17).

Segue abaixo as informações sobre as controladas (valores em milhares de US\$):

		Capital subs-		Patrimonio		
	% de Par-	cricrito em		líquido		
	ticipação	31 de	Ações	(passivo a	Lucro	Lucro
	direta da	dezembro de	ordinárias/	descoberto)	líquido	líquido
Controlada	Transpetro	2013 (em USD)	quotas	2013	2013	2012
Fronape International Company - FIC	100%	100	100	89.873	3.918	28.019
Fronape Invernational Company - FIC BV	100%	130.075.685	130.075.685	193.515	44.997	16.639

Movimentação dos saldos

	2013	2012
No início do exercício	239.466	137.303
Equivalência patrimonial	74.879	55.244
Variação cambial em investimento no exterior (i)	84.853	16.986
Amortização do ganho apurado na venda dos navios (ii)	4.296	29.933
Aumento de capital (iii)	260.369	
No fim do exercício	663.863	239.466

(i) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial, registrada em outros resultados abrangentes. (ii) Em 2012 o saldo se refere a realização do valor residual do ganho apurado em 2009 na venda dos navios Ataulfo e Cartola Alves pela FIC Cayman para terceiros no valor de R\$ 65.724 (vide nota explicativa 17).

(iii) Em 30 de abril de 2013, o direito de uso das embarcações Ataulfo Alves e Cartola transferido pela Transpetro à FIC BV durante o exercício de 2012 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (vide nota explicativa 17) foi convertido em capital social através da emissão de 130.074.082 novas ações. Ainda nesta mesma data, a participação de FIC Cayman no capital social de FIC BV foi reduzida em US\$ 50.023.759 passando esta a ser controlada diretamente pela Transpetro.

13. IMOBILIZADO

				(Controladora				Consolidado
				2013	2012			2013	2012
	Vida útil		Depreciação				Depreciação		
	estimada em anos	Custo	<u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	Líquido	Custo	<u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	Líquido
Edificações e benfeitorias	25	31.354	(13.688)	17.666	19.003	31.354	(13.688)	17.666	19.004
Equipamentos e outros bens	5 - 10	347.218	(184.918)	162.300	183.134	369.140	(187.885)	181.255	183.134
Benfeitorias em bens de terceiros	6 - 10	1.039.272	(361.064)	678.208	590.206	1.143.562	(418.022)	725.540	614.483
Navios	25	1.971.570	(467.283)	1.504.287	1.344.953	2.332.503	(510.713)	1.821.790	1.640.604
Terrenos		12.177	_	12.177	12.177	12.177	_	12.177	12.177
Projetos de expansão PROMEF		1.591.549	_	1.591.549	1.031.178	1.591.549	_	1.591.549	1.031.158
Reformas de tanques em andamento		1.012.060	_	1.012.060	820.491	1.012.060	_	1.012.060	820.492
Outras obras em andamento		230.203		230.203	161.342	230.294		230.294	<u> 185.551</u>
		6.235.403	(1.026.953)	5.208.450	4.162.484	6.722.639	(1.130.308)	5.592.331	4.506.603

820.491

161.342

5.216.984

(270.284)

(138.520)

Movimentação do custo

Reforma de tanques em andamento

Arrendamento de navios (Nota 17) _

Outras obras em andamento.....

				Со	<u>ntroladora</u>
				<u>Movimentação</u>	
	2012	<u>Adições</u>	Baixas (ii)	<u>Transferências</u>	2013
Edificações e benfeitorias	31.354	_	_	_	31.354
Equipamentos e outros bens	403.698	20.465	(114.544)	37.599	347.218
Benfeitorias em bens de terceiros	829.460	8.926	(6.190)	207.076	1.039.272
Navios	1.927.284	3.597	(353.482)	394.171	1.971.570
Terrenos	12.177	_	_	_	12.177
Projetos de expansão PROMEF	1.031.178	1.002.502	(47.960)	(394.171)	1.591.549
Reforma de tanques em andamento	820.491	385.883	_	(194.314)	1.012.060
Outras obras em andamento	161.342	119.906	(684)	(50.361)	230.203
	5.216.984	1.541.279	(522.860)		6.235.403
				Со	<u>ntroladora</u>
				<u>Movimentação</u>	
	2011	<u>Adições</u>	Baixas	<u>Transferências</u>	2012
Edificações e benfeitorias	31.354	_	_	_	31.354
Equipamentos e outros bens	271.847	26.171	(57.263)	162.943	403.698
Benfeitorias em bens de terceiros	646.488	1.753	(20.788)	202.007	829.460
Navios	1.141.314	41.541	(106.765)	851.194	1.927.284
Terrenos	12.177	_	-	_	12.177
Projetos de expansão PROMEF	1.139.096	699.422	-	(807.340)	1.031.178

696.385

169.276

583.200

4.691.137 1.302.871

394.390

139.594

(9.008)

(583.200)

<u>(777.024</u>)

				Co	<u>onsolidado</u>
				<u>Movimentação</u>	
	2012	Adições	Baixas	Transferências (i)	2013
Edificações e benfeitorias	31.353	-	-	_	31.353
Equipamentos e outros bens	403.698	29.102	(114.544)	50.884	369.140
Benfeitorias em bens de terceiros	891.667	22.604	(18.284)	247.575	1.143.562
Navios	2.242.134	49.680	(353.482)	394.171	2.332.503
Terrenos	12.177	-	-	-	12.177
Projetos de expansão PROMEF	1.031.158	1.002.502	(47.960)	(394.171)	1.591.529
Reforma de tanques em andamento	820.492	385.883	-	(194.315)	1.012.060
Outras obras em andamento	<u> 185.551</u>	<u>149.854</u>	(684)	(104.406)	230.315
	5.618.230	1.639.625	<u>(534.954</u>)	(262)	6.722.639
				Co	onsolidado
				<u>Movimentação</u>	
	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012

				C	<u>onsolidado</u>
				<u>Movimentação</u>	
	2011	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	2012
Edificações e benfeitorias	31.353	-	_	_	31.353
Equipamentos e outros bens	271.847	26.171	(57.263)	162.943	403.698
Benfeitorias em bens de terceiros	698.609	6.398	(33.152)	219.812	891.667
Navios	1.141.314	79.782	(106.765)	1.127.803	2.242.134
Terrenos	12.177	-	_	_	12.177
Projetos de expansão PROMEF	1.139.096	699.402	_	(807.340)	1.031.158
Reforma de tanques em andamento	696.385	394.391	_	(270.284)	820.492
Outras obras em andamento	177.642	174.050	(9.007)	(157.134)	185.551
Arrendamento de navios (Nota 17)	517.476			(517.476)	
	4.685.899	1.380.194	(206.187)	(241.676)	5.618.230





Petrobras Transporte S.A.

Depreciação

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

			C	ontroladora
			Movimentação	<u> </u>
	2012	Adições	Baixas	2013
Edificações e benfeitorias	(12.351)	(1.337)	_	(13.688)
Equipamentos e outros bens	(220.564)	(68.320)	103.966	(184.918)
Benfeitorias em bens de terceiros	(239.254)	(127.999)	6.189	(361.064)
Navios	<u>(582.331</u>)	(66.894)	181.942	_(467.283)
	(1.054.500)	<u>(264.550</u>)	292.097	(1.026.953)
			Co	ontroladora
			Movimentação	
	2011	<u>Adições</u>	Baixas	2012
Edificações e benfeitorias	(11.013)	(1.338)	_	(12.351)
Equipamentos e outros bens	(204.904)	(72.272)	56.612	(220.564)
Benfeitorias em bens de terceiros	(144.745)	(108.541)	14.032	(239.254)
Navios		(44.001)	76.249	(582.331)
Arrendamento de navios (Nota 17)	<u>(277.593</u>)	(5.401)	282.994	
	(1.252.834)	(231.553)	429.887	(1.054.500)
	<u>,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,</u>			
	<u>,</u> ,			onsolidado
	12 Adições	Baixas		Consolidado 2013
Edificações e benfeitorias (12.3	12 Adições 50) (1.338)	Baixas	Movimentação	2013 (13.688)
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287)	Baixas - 103.966	Movimentação Transferências (i)	2013 (13.688) (187.885)
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5 Benfeitorias em bens de terceiros (277.1	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385)	Baixas – 103.966 18.285	Movimentação Transferências (i)	2013 (13.688) (187.885) (418.022)
Edificações e benfeitorias(12.3Equipamentos e outros bens(220.5Benfeitorias em bens de terceiros(277.1Navios(601.5	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126)	Baixas - 103.966 18.285 181.942	Movimentação Transferências (i) 262	2013 (13.688) (187.885) (418.022) (510.713)
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5 Benfeitorias em bens de terceiros (277.1	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126)	Baixas - 103.966 18.285 181.942	Movimentação Transferências (i)	2013 (13.688) (187.885) (418.022)
Edificações e benfeitorias(12.3Equipamentos e outros bens(220.5Benfeitorias em bens de terceiros(277.1Navios(601.5	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126)	Baixas - 103.966 18.285 181.942	Movimentação Transferências (i) 262 - 262	2013 (13.688) (187.885) (418.022) (510.713)
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5 Benfeitorias em bens de terceiros (277.1 Navios (1.111.6	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126) 27) (323.136)	Baixas - 103.966 18.285 181.942 304.193	Movimentação Transferências (i) 262 - 262 Movimentação	2013 (13.688) (187.885) (418.022) (510.713) (1.130.308) Consolidado
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5 Benfeitorias em bens de terceiros (277.1 Navios (1.111.6	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126) 27) (323.136) 11 Adições	Baixas - 103.966 18.285 181.942 304.193 Baixas	Movimentação Transferências (i) 262 - 262	2013 (13.688) (187.885) (418.022) (510.713) (1.130.308) Consolidado
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5 Benfeitorias em bens de terceiros (277.1 Navios (1.111.6 Edificações e benfeitorias (11.0 Edificaç	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126) 27) (323.136) 11 Adições 13) (1.337)	Baixas - 103.966 18.285 181.942 304.193 Baixas	Movimentação Transferências (i) 262 - 262 Movimentação	2013 (13.688) (187.885) (418.022) (510.713) (1.130.308) Consolidado 2012 (12.350)
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5 Benfeitorias em bens de terceiros (277.1 Navios (601.5 (1.111.6)	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126) 27) (323.136) 11 Adições 13) (1.337) 04) (72.273)	Baixas - 103.966 18.285 181.942 304.193 Baixas - 56.613	Movimentação Transferências (i) 262 262 - Movimentação Transferências (i)	2013 (13.688) (187.885) (418.022) (510.713) (1.130.308) Consolidado 2012 (12.350) (220.564)
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5 Benfeitorias em bens de terceiros (277.1 Navios (601.5 (1.111.6)	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126) 27) (323.136) 11 Adições 13) (1.337) 04) (72.273) 90) (129.889)	Baixas - 103.966 18.285 181.942 304.193 Baixas - 56.613 26.395	Movimentação Transferências (i) 262 262 - Movimentação Transferências (i)	2013 (13.688) (187.885) (418.022) (510.713) (1.130.308) Consolidado 2012 (12.350) (220.564) (277.184)
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5 Benfeitorias em bens de terceiros (277.1 Navios (601.5 (1.111.6 Edificações e benfeitorias (11.0 Equipamentos e outros bens (204.5 Benfeitorias em bens de terceiros (173.6 Navios (614.5 Equipamentos e (173.6 Navios (614.5 Equipamentos e (173.6 Navios (11.0 Equipamentos e (173.6 Navios (11.0 Equipamentos e (173.6 Equipamentos e	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126) 27) (323.136) 11 Adições 13) (1.337) 04) (72.273) 90) (129.889) 79) (63.199)	Baixas - 103.966 18.285 181.942 304.193 Baixas - 56.613 26.395 76.249	Movimentação Transferências (i)	2013 (13.688) (187.885) (418.022) (510.713) (1.130.308) Consolidado 2012 (12.350) (220.564)
Edificações e benfeitorias (12.3 Equipamentos e outros bens (220.5 Benfeitorias em bens de terceiros (277.1 Navios (601.5 (1.111.6)	12 Adições 50) (1.338) 64) (71.287) 84) (159.385) 29) (91.126) 27) (323.136) 11 Adições 13) (1.337) 04) (72.273) 90) (129.889) 79) (63.199) 23) (2.988)	Baixas 103.966 18.285 181.942 304.193 Baixas 56.613 26.395 76.249	Movimentação Transferências (i)	2013 (13.688) (187.885) (418.022) (510.713) (1.130.308) Consolidado 2012 (12.350) (220.564) (277.184)

(i) Os saldos residuais apurados nas colunas de transferência no consolidado em 2012 referem-se a transferência do direito de uso das embarcações Ataulfo Alves e Cartola registradas da Transpetro para sua controlada FIC BV durante o exercício de 2012. O valor líquido apurado de R\$ 3.135 refere-se a variação cambial ocorrida na operação. Salientamos que não houve movimentação de caixa decorrente da referida transação.

(ii) Do total de baixas no custo do imobilizado apresentadas durante o exercício de 2013 na controladora e consolidado, R\$ 166.739 se referem à transferência dos créditos tributários de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de ativos imobilizados (vide nota 6) e R\$ 15.224 referente aos navios destinados para venda reclassificados para o Grupo de Ativos Circulantes e portanto não afetaram o caixa da Companhia.

Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques, definidas e atestadas pela Gerência Geral de Engenharia, têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

- 1 Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2013, foram contabilizados em "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R\$ 194.315 (R\$ 270.284 em 2012).
- 2 Os gastos com reabilitação de tanques, cujas obras ainda não foram concluídas, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R\$ 385.883 (R\$ 394.390 em 2012).
- 3 O Plano de Inspeção Anual, elaborado pela Gerência Geral de Engenharia, atrelado ao PAN Plano Anual de Negócio estima gastos no montante de R\$ 500,1 milhões a serem capitalizados durante o exercício de 2014.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2013 os navios Itamonte e Avaré estão apresentados como mantidos para venda de acordo com as aprovações da administração para a venda dos navios datadas de 27 de agosto de 2013 e 6 de dezembro de 2013. Espera-se que no decorrer de 2014 se concluam às transações de venda destes ativos.

	Valor contábil líquido
Navio Avaré	3.272
Navio Itamonte	11.952
Total de ativos não circulantes mantidos para venda	15.224
Total de ativos não circulantes mantidos para venda	15.224

Redução ao valor recuperável - Impairment

A frota atual de navios da Transpetro é composta por 33 navios (31 Transpetro e 2 FIC-BV), que posteriormente serão somados aos 41 navios (PROMEF 1 e 2) e 20 comboios (PROMEF Hidrovia).

A Administração da Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências de perda de recuperabilidade de seus ativos. Na elaboração do fluxo de caixa da frota de navios definida pela Companhia como unidade geradora de caixa, foram consideradas, basicamente, as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil do navio que é de 25 anos, considerando o período em operação dos navios da Frota Atual, que tem vida útil menor, e a expectativa de inicio de operação dos demais.
- A taxa de desconto utilizada considerou os modelos de financiamento de cada Embarcação e a taxa WACC de 5,50%.
- Moeda: Dólares (US\$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2013.
- Receita bruta: a receita foi projetada com base na taxa de frete diária, definida por contratos que são renovados anualmente com a Petrobras. Essa taxa varia de um navio para outro com base na capacidade de armazenamento e transporte.
- As docagens incluídas no fluxo estão de acordo com o Plano de Docagens estabelecido pela diretoria de transporte marítimo e para os navios não entregues ficam condicionados a data de entrada de operação dos navios.
- Deduções: PIS e COFINS à taxa de 9,25%.
- Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, manutenção e encargos, sendo que considerados os custos atuais da Frota.
- Depreciação: os navios que irão entrar em operação (PROMEF Hidrovia e PROMEF 1 e 2) são depreciados considerando a vida útil de 20 anos.
- Os navios da Frota Atual foram depreciados considerando o saldo de imobilizado, a depreciação acumulada e a respectiva taxa de depreciação.
- A depreciação dos investimentos em manutenção (docagem) foi estimada pelo período de 2,5 anos.
- IRPJ e CSSL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IR e CS) aplicada ao lucro antes dos impostos.

A análise dos fluxos de caixa trazidos a valor presente, comparados com o valor contábil indicou que em relação aos ativos testados permanece a capacidade de geração de entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo. Logo, nenhuma provisão para perda se fez necessária no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER Controladora

2013 2012 Imposto de renda retido na fonte e imposto sobre incentivos (i)......(i) 21.386 24.249 Imposto de renda retido na fonte - juros sobre capital próprio..... 29.290 ICMS a pagar 28.641 INSS a recolher 9.640 17.196 27.131

<u>147.754</u> <u>124.163</u>
(i) Em 31 de dezembro de 2013 o saldo refere-se, principalmente: R\$ 16.305 (R\$ 14.591 em 2012) impostos de renda sobre folha de pagamento e R\$ 427 a impostos sobre incentivos fiscais em processo de aprovação (R\$ 6.512 em 2012). Os impostos a recolher apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R\$ 1.076 relativa aos impostos sobre o lucro apurado pela controlada FIC BV durante o exercício de 2013 (R\$ 3.219 em 2012) e outros impostos no valor de R\$ 55.

477 870

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

(a) Processos judiciais provisionados

	Controladora e consolidado			
	2013	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	2012
Processos judiciais trabalhistas	15.155	4.674	(5.363)	15.844
Processos judiciais cíveis	1.029	774	(3.147)	3.402
Processos judiciais tributários			(2.598)	2.598
Total provisionado no passivo não circulante	16.184	5.448	(11.108)	21.844
		Cont	<u>roladora e c</u>	<u>onsolidado</u>
	2012	Cont Adições	roladora e co <u>Baixas</u>	onsolidado 2011
Processos judiciais trabalhistas	2012 15.844			
Processos judiciais trabalhistas Processos judiciais cíveis		Adições	Baixas	2011
•	15.844	Adições 7.101	<u>Baixas</u> (1.626)	2011 10.369

(b) Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstramos a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas.

Ações	2013	2012
Cíveis e ambientais	24.843	12.453
Trabalhistas e previdenciárias (i)	123.563	61.683
Tributárias (ii)	437.601	370.768
	_586.007	444.904

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2013 segregados por esfera estão informados abaixo:

(i) Trabalhistas

<u>Objeto</u>	Valor da causa	Quantidade de processos
Terceirização de funcionários	36.060	5 processos
Verbas rescisórias e trabalhistas	51.130	1.224 processos
Reparação de danos	11.016	73 processos
Demais ações	25.357	181 processos
	123,563	

(ii) Tributárias

- Processo nº 0511598-36.2011.4.02.5101 referente a ação de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional em razão dos créditos tributários relacionados às Declarações de Imposto de Renda nos
 exercícios de 2006 e 2008. A Administração da Companhia aguarda o julgamento dos embargos à execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído à causa o valor de
 p\$\frac{1}{2} 106.011
- Processos de execução fiscal impetrados pela Receita do Estado do Espírito Santo decorrentes da inscrição em dívida ativa de autuações efetuadas por aquele Estado sob a alegação da falta de escrituração dos livros de registro de inventário relativos aos exercícios de 2004 à 2008 dos terminais de Vitória, Norte Capixaba e Regência. A Administração da Companhia aguarda manifestação da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo acerca dos Embargos à Execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído às causas os valores de R\$ 30.438, R\$ 30.203, R\$ 59.036, R\$ 40.022, R\$ 62.969 e R\$ 18.214, respectivamente.

(c) Depósitos Judiciais

	2013	2012
Cíveis e ambientais	27.332	9.847
Trabalhistas e previdenciárias	39.553	27.313
Tributárias	4.308	3.814
	71.193	40.974

16. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição mista. Neste caso os riscos são divididos entre Patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2013, a quantidade de participantes total do plano é de 4.759 (4.691 ativos e 68 assistidos), e as contribuições efetuadas no exercício totalizaram R\$ 47.917 (R\$ 39.688 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia utilizou-se de avaliação atuarial para identificação do passivo atuarial a ser registrado. Entretanto, como a adesão foi em dezembro de 2011 e o cálculo também estava posicionado em dezembro, não houve serviço passado a ser provisionado, sendo a obrigação atuarial imaterial naquela data.

Devido a adesão dos participantes ao plano Petros 2 ter ocorrido preponderantemente em 2012, os impactos atuariais foram calculados para a data base 31 de dezembro de 2012 e registrados diretamente em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 47.632 (R\$ 29.230 em 2012) sendo a conciliação dos valores reconhecidos a seguinte:

	Co	<u>nsolidado</u>
	2013	2012
Valor presente das obrigações financiadas	69.240	42.832
Valor justo dos ativos do plano	(21.608)	_(13.602)
Passivo atuarial líquido	47.632	29.230
	Co	<u>nsolidado</u>
	2013	2012
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com		
Benefícios de planos de pensão (i)		
Custo do serviço corrente	32.585	_
Juros líquidos sobre o passivo líquido	6.062	_
Implementação do plano de benefícios		29.230
	38.647	29.230
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício	55.833	-
Imposto de renda e contribuição social	(18.983)	
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente,		
líquidas de efeitos tributários	36.850	_

(i) Em 2013, do total dos encargos registrados no resultado do exercício, R\$ 37.586 referem-se aos funcionários ativos e foram registrados no custo dos serviços prestados e R\$ 1.061 referem-se a parcela de inativos registradas em outras despesas.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Cc	<u>nsolidado</u>
	2013	2012
Em 1º de janeiro	42.832	_
Custo do serviço corrente	32.585	_
Custo financeiro	7.334	_
Remensurações atuariais	(45.482)	_
Benefícios pagos	(3.616)	_
Ajustes obrigação atuarial (Nota 2.1)	35.587	_
Implementação dos benefícios		42.832
Em 31 de dezembro	69.240	42.832

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

<u>Consolidado</u>	
2013	2012
13.602	-
1.271	-
10.351	-
-	13.602
(3.616)	
21.608	13.602
	2013 13.602 1.271 10.351 - (3.616)

As contribuições da parcela de benefício definido do Plano Petros 2 encontram-se suspensas conforme deliberação da administração do fundo de pensão.



2013

Controladora e consolidado

2012

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

As remensurações do ativo de benefício definido ocorridas no exercício seguem evidenciadas abaixo:

	<u>2013</u>
Ganhos/(perdas) atuariais por experiência demográfica	(16.592)
Ganhos/(perdas) atuariais por mudanças em hipóteses financeiras	48.820
Ganhos/(perdas) atuariais por mudanças em hipóteses demográficas	13.255
Ganhos/(perdas) atuariais por retorno dos investimentos diferente do retorno implícito na taxa	
de desconto	10.350
Total de remensurações atuariais	<u>55.833</u>

16.1. Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira.

A composição dos ativos dos planos segue demonstrado:

	2013	2012
Renda fixa	81,20%	88,85%
Renda variável	11,60%	8,32%
Investimentos imobiliários	2,00%	0,50%
Outros ativos	5,20%	2,33%
	100%	100%

16.2. Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Taxa de desconto ao ano	12,97%	9,353%
Taxa de retorno de ativos	12,97%	9,353%
Crescimento salarial	10,21%	9,508%
Inflação	5,93%	5,4%
Taxa de reajuste de benefício do plano	5,93%	5,4%
Fator capacidade	100%	100%
Hipóteses demográficas		
	AT -2000, 80% masculina e 20%	AT -2000, 80% masculina e 20%
Tabua de Mortalidade	feminina suacnizada em 10%	feminina
Tabua de Mortalidade de inválidos	IABP 1957	AT -49, masculina
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula	Nula
	80% casados e cônjuges 4 anos	
	mais novos para participantes	
	masculinos e 1 ano mais velho para	80% casados e cônjuges 4 anos
Composição familiar - ativos (*)	participantes femininos	mais novos
Composição familiar - assistidos (*)	Família informada no cadastro	Família informada no cadastro

16.3. Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade do benefício pós- emprego, considerando o incremento e redução em 1% p.p na taxa de desconto:

		2013
	Cenário I e taxa de	Cenário II e taxa de
	desconto atuarial	desconto atuarial
	13,97%	11,97%
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações	(9.177)	12.141
Análico dos concierontes conoredos de honofísico do nlanos de noncão.		

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-3 anos	Entre 3-4 anos	<u>Mais de 4 anos</u>
Benefícios pós-emprego	4.090	4.019	3.937	3.735	53.459

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Arrendamento mercantil financeiro

Até fevereiro de 2012 o direito de uso dos navios aliviadores Cartola e Ataulfo Alves, estavam registrados no imobilizado da Companhia, em decorrência da classificação dos contratos de "Bareboat Charter Party" como arrendamento mercantil financeiro, conforme requerido pela Lei nº 11.638/07.

Em 2 de fevereiro de 2012, a Petrobras, amparada pelo Contrato de compra (Purchase Undertaking Deed) exerceu sua opção de compra (call notice) dos contratos de afretamento destes navios, designando como compradora a Fronape International Company BV - FIC BV, que efetuou a liquidação antecipada do saldo dos contratos de afretamento tornando-se a proprietária legal das embarcações, em 8 de março de 2012.

O direito de uso dessas embarcações, registrados no ativo imobilizado da Transpetro, foi carreado pelo exercício da opção de compra pela FC BV mediante indicação da Petrobras e o saldo do direito de uso registrado na Transpetro no montante de R\$ 265.806 e transferido para FIC BV a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital conforme aprovado pela diretoria em 20 de dezembro de 2012. Em 30 de abril de 2013 foi efetuada a conversão do adiantamento em capital social através da emissão de 130.074.082 novas ações pela FIC BV (vide nota explicativa 12).

Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

Com a constituição, em setembro de 2011, da Fronape International Company BV - FIC BV, a Administração da Transpetro, iniciou o processo de transferência das atividades de sua subsidiária sediada nas Ilhas Cayman - FIC Cayman, para sua nova subsidiária na Holanda, FIC BV.

Durante os exercícios de 2012 e 2013, como parte do processo de transferência das atividades, foram assinados junto aos proprietários dos navios termos de Novação dos Contratos ('Novation Agreements"), no qual as partes concordaram na substituição de FIC Cayman por FIC BV, em todos os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de afretamento desde o início de sua vigência.

A empresa controlada FIC BV possui uma frota de 18 navios em operação arrendados de terceiros em contratos de afretamento de navios a casco nu do tipo "Bareboat Charter Party". Esses contratos de arrendamento foram assinados entre 2002 e 2012 com valores de pagamentos diários que variam de US\$ 16 Mil (R\$ 37,5 mil) a US\$ 35,5 mil (R\$ 83,2 mil) e possuem prazos de vigência entre 10 e 15 anos.

Na contratação dos navios Nordic Rio, Nordic Brasilia, Stena Spirit, Nordic Spirit, Stavanger, Bergen e Gothenburg foram incluídas cláusulas de opção de compra ao término de cada contrato, com base em cotações de mercado à época e não caracterizavam preços de barganha nas datas de assinatura dos contratos. Os demais contratos não contemplam cláusulas de opção de compra.

Desta forma, a Transpetro possui a intenção de substituir os navios existentes ao término de cada contrato e de não exercer as opções de compra estabelecidas nos contratos dos sete navios supramencionados.

Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2013 destes contratos estão segregados da seguinte forma, tal como determina a Deliberação CVM Nº 645/10 (CPC 06):

	Valor presente dos		Pagamentos
	pagamentos mínimos	Juros	futuros mínimos
Até um ano	413.894	6.405	420.299
De dois a cinco anos	1.541.317	62.062	1.603.379
Acima de cinco anos	1.670.543	166.310	1.836.853

Arrendamento mercantil operacional (arrendador)

(a) Navios arrendados pela Transpetro

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party" com a Petrobras, onde a frota principal de navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro. Esses contratos são negociados anualmente e utilizados como base para definição do fluxo de recebimentos dos exercícios seguintes.

Os recebimentos futuros mínimos, com base nos contratos que estipulam os valores para o exercício de 2014, estão estimados da seguinte forma:

	Valor presente dos		Recebimentos
	<u>pagamentos mínimos</u>	Juros	futuros mínimos
Até um ano	669.264	5.592	674.856

(b) Navios arrendados pelas controladas

A atual frota da empresa controlada FIC BV, composta de 20 navios (sendo 18 afretados e 2 próprios), é disponibilizada às operações da Petrobras, em contratos de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party". Esses contratos foram assinados entre 2012 e 2013, com prazo de vigência entre 4 e 15 anos e valores de afretamento fixos, válidos para toda a duração do contrato. Os valores diários vigentes em 2013 variam entre US\$ 28 mil (equivalentes a R\$ 65,6 mil) e US\$ 59,3 mil (equivalentes a R\$ 138,9 mil).

Os recebimentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2013 estão estimados da seguinte forma em milhares de dólares:

	Valor presente dos		Recebimentos
	<u>pagamentos mínimos</u>	Juros	futuros mínimos
Até um ano	. 345.411	1.914	347.325
De dois a cinco anos	. 1.324.181	39.365	1.363.546
Acima de cinco anos	. 1.279.827	110.982	1.390.809

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 está representado por 3.202.960.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto (2.946.300.407 ações em 2012).

Em 20 de agosto de 2012, foi aprovada através da Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social mediante a emissão de 481.834 ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R\$ 2.464.466 para R\$ 2.946.300. O referido aumento ocorreu mediante a integralização dos seguintes montantes: saldo remanescente de dividendos a pagar de 2011 no valor total de R\$ 358.920, saldo parcial da reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 101.462 e totalidade do saldo de reserva de incentivos fiscais de exercícios anteriores no montante de R\$ 21.452.

Em 12 de abril de 2013, foi aprovada através da Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social mediante a emissão de 256.660.000 ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R\$ 2.946.300 para R\$ 3.202.960. O referido aumento ocorreu mediante a integralização dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais de 2012 no valor total de R\$ 256.660.

(b) Reservas

(b.1) Reservas de lucro

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei nº 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei nº 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2013, foi destinado ao resultado o valor de R\$ 17.665 (R\$ 16.228 em 2012) referente aos incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da SUDENE e SUDAM, após aprovação destes órgãos, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento.

Reserva constituída em 1999, ou seja, anteriormente à vigência da Lei nº 10.303/01, com parcela do resultado de equivalência patrimonial em controlada, que será transferida para lucros acumulados e computada no cálculo do dividendo obrigatório quando do recebimento de dividendos da controlada.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está sendo efetuada uma retenção de lucros, no montante de R\$ 271.913 (R\$ 402.225 em 2012), que se destina aos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2014, a ser aprovado na Assembleia Geral de Acionistas.

(b.2) Reservas de capital

Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte de seu imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

(c) Remuneração aos acionistas

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de dividendos e dos juros sobre capital próprio relativa ao exercício de 2013, que será encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação na reunião do Conselho da Administração da Transpetro de 21 de fevereiro de 2014 e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária, é de R\$ 560.911 (R\$ 0,19 por ação), sendo R\$ 365.651 a titulo de dividendos e R\$ 195.256 como juros sobre capital próprio, que correspondem a 65% do lucro líquido ajustado do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

A proposta de dividendos relativa ao exercício de 2012, aprovada pelo acionista na reunião do Conselho de Administração de 30 de janeiro de 2012 e deliberada através da Assembleia Geral Ordinária, foi de R\$ 256.660 (R\$ 0,09 por ação), que correspondeu a 38,95% do lucro líquido ajustado do exercício. Em 12 de abril de 2013, através de Assembleia Geral Extraordinária, esses dividendos foram convertidos em aumento de capital.

Os dividendos do exercício de 2013 e 2012 foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	924.461	710.646
(-) Reserva legal	(46.223)	(35.533)
(–) Reserva de incentivos fiscais	(17.665)	(16.228)
Base de cálculo	860.573	658.885
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio propostos (51% em 2013)	560.911	256.660
Remuneração mínima ao acionista 25% - Passivo circulante	215.144	164.721
Remuneração adicional proposto - Patrimônio líquido	<u>345.767</u>	91.939
19. RESULTADO POR AÇÃO		
	2013	2012
Lucro atribuível ao acionista controlador	924.461	710.646

Lucro atribuivel ao acionista controlador	924.461	/10.646	
Quantidade de ações	3.202.960	2.946.300	
Lucro por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias			
em poder dos acionistas em cada período	0,29	0,27	

A Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

As operações da Companhia se encontram seguradas contra termos de danos materiais, e responsabilidade civil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais navios	3.013.230	3.013.230
Responsabilidade civil	4.500.000	4.500.000

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

21. PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS

A participação de empregados nos resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em $program as espont \\ \hat{a} neos mantidos pelas empresas, ou em acordos com os empregados, ou com as entidades sindicais.$ Diante disso, a Transpetro adotou um programa de participação nos lucros e resultados e, em 31 de dezembro de 2013, registrou uma provisão no valor de R\$ 69.314 (R\$ 64.166 em 2012), respeitando os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controle das Empresas Estatais - CCE, conforme instruções emitidas pela Controladora (Ofício 1.939/2009-SE/MME e Oficio 703/DEST-MP).

Com relação à provisão do exercício de 2012, a Transpetro em função das negociações do acordo coletivo complementou o valor da provisão em R\$ 10.613 e contabilizou tal complemento no resultado no exercício de 2013 no grupo de outras receitas e despesas operacionais (Nota 24).

22. RECEITA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida por segmento segue demonstrada:

		<u>ontroladora</u>	(<u> Consolidado</u>
	2013	2012	2013	2012
Receita de serviços prestados	6.902.217	6.272.408	7.673.266	6.835.887
Encargos sobre serviços	(1.053.365)	(930.225)	(1.053.365)	(930.224)
Receita líquida de serviços prestados	5.848.852	5.342.183	6.619.901	5.905.663

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS

(a) Custos dos serviços prestados

		<u>ontroladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2013	2012	2013	2012
Custo de pessoal	1.135.946	1.025.521	1.136.263	1.025.521
Custo de material	195.211	204.811	225.528	240.939
Custo de serviços	1.386.329	1.351.818	1.585.936	1.469.553
Depreciação e amortização	261.438	224.261	309.582	261.694
Outros custos	709.936	672.330	1.123.275	985.448
	3.688.860	3.478.741	4.380.584	3.983.155

(b) Despesas com vendas

	Controladora	<u>e consolidado</u>
	2013	2012
Despesas de pessoal	22.486	19.730
Despesas com material	18	59
Despesa com serviços	7.374	7.138
Despesas com créditos de liquidação duvidosa	132	1.195
Depreciação	112	166
Outras despesas	1.958	2.247
	32.080	30.535





Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

(c) Despesas administrativas

		<u>.ontrolauora</u>		Consolidado
	2013	2012	2013	2012
Despesas de pessoal	411.053	356.090	411.860	356.853
Despesas com material	2.499	2.997	2.532	3.166
Despesa com serviços	280.845	262.476	283.818	263.615
Depreciação e amortização	15.322	18.925	15.322	18.925
Outros custos	76.365	72.576	76.365	72.700
	786.083	713.064	<u>789.897</u>	715.259

d) Despesas tributárias

	Controladora	e consolidado
	2013	2012
IPTU	27.695	23.000
Taxas federais	2.287	2.381
Impostos federais - COFINS	956	2.902
Outras despesas	3.551	2.455
·	34.489	30.738

24. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONTROLADORA)

Segue abaixo a composição de outras despesas operacionais:

	2013	2012
Receita de indenização de sinistro	_	25.248
Receita de multas contratuais	7.853	6.993
Recuperação de despesas contratuais	5.671	2.429
Relações institucionais	(21.499)	(21.234)
Abono concedido (Acordo coletivo de trabalho)	(51.100)	(51.195)
Complemento da PLR - exercício anterior	(10.613)	(11.315)
Provisão para contingências	5.660	(5.021)
Ganho (perda) de alienação de imobilizado	3.963	(36.858)
Juros líquidos inativos - planos Petros 2	1.061	
Receita de incentivos, doações e subvenções governamentais	17.164	16.228
Outras receitas	<u> 17.757</u>	<u>14.293</u>
	<u>(24.083</u>)	<u>(60.432</u>)

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Banco do Brasil..

Total

Consolidado		
(a) Despesas financeiras		
	2013	2012
Juros de empréstimos (PROMEF)	(79.866)	(36.151)
Encargos de leasing financeiro	_	(2.724)
Outras despesas financeiras	(2.618)	(2.127)
	<u>(82.484</u>)	<u>(41.002</u>)
(b) Receitas financeiras		
	2013	2012
Rendimentos de aplicações financeiras	52.715	49.527
Outras receitas	4.988	14.265
	57.703	63.792

Sequem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2013 e 2012 (circulante e não circulante):

Banco	de 2012	<u>Transferências</u>	Captações (+)	Amortizações (-)	capitalizados (+)	a resultado (+)
Circulante						
BNDES	45.827	180.059	-	(129.441)	-	-
Não circulante						
BNDES	1.363.239	(180.059)	303.272	-	43.217	82.779
Banco do Brasil	21.010		56.728		3.674	
	1.384.249	(180.059)	360.000		46.891	82.779
Total	1.430.076	_	360.000	(129.441)	46.891	82.779
	Em dezembro				Juros	Juros
Banco	de 2011	<u>Transferências</u>	Captações (+)	Amortizações (-)	capitalizados (+)	a resultado (+)
Circulante			•		•	
BNDES	_	59.743	_	(13.916)	_	_
Não circulante						
RNDES	798 357	(59 743)	184 553	_	51 282	36 151

876 799.233

<u>799.233</u>

Em dezembro

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

	2013	2012
2014	_	71.814
2015	101.940	71.814
2016	109.038	71.814
2017	109.384	71.814
2018 em diante	1.808.740	1.096.993
	2.129.102	1.384.249

As eficácias previstas nos contratos assinados com o Estaleiro Atlântico Sul S.A., Estaleiro Mauá Petro-UM S.A. e Superpesa Industrial Ltda., correspondente ao adiantamento de 5% do valor do contrato (cláusula sétima dos contratos), foram pagas pela Transpetro no valor total de R\$ 511.550, conforme abaixo:

Estaleiro	Ano	Valor R\$ (mil)
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2010	133.723
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2009	65.507
Estaleiro Mauá Petro-UM	2008	32.847
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2007	137.556
Estaleiro Rio Tietê	2011	21.920
Estaleiro Promar S.A.	2011	48.723
EISA Petro-Um	2013	71.274
		511.550

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento), para a construção dos navios

até dezembro de 2013 foram:		
Parcelas disponibilizadas de recursos	2013	2012
Transpetro através de recursos próprios	375.041	228.268
Eficácia	511.550	442.030
BNDES e Banco do Brasil - Financiamento à Transpetro	2.060.515	1.265.274
Juros referente ao financiamento	308.389	178.719
Amortização efetuadas	(143.357)	(13.916)
Fiscalização Petrobras (*)	62.890	39.151
Outros	(25.412)	11.765
Total Transpetro	3.149.616	2.151.291
Parcelas disponibilizadas de recursos	2013	2012
Estaleiros através de recursos próprios	114.429	88.976
BNDES - Financiamento aos Estaleiros	1.023.056	625.725
Total Estaleiro	1.137.485	714.701

(*) Serviços de fiscalização executado, para acompanhamento e aprovação das construções dos navios.

Até 31 de dezembro de 2013 os seguintes navios relacionados ao programa já foram entregues: Celso Furtado, João Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Rômulo de Almeida, Zumbi dos Palmares, José Alencar e Dragão do Mar.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Estrutura de gerenciamento de risco

Visão geral

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Demonstramos a seguir breve esclarecimento sobre a estrutura do gerenciamento de risco e informações sobre a exposição da Companhia.

Divulgações quantitativas adicionais estão incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

• Estrutura do gerenciamento de risco

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, de natureza estratégica (governança e modelo de negócio), financeira (crédito, mercado e liquidez), operacional (processo, pessoal, informação, tecnologia e meio ambiente) ou de conformidade ("compliance"), garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

26. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS (EM REAIS)

Cancalidada

No exercício de 2012, a maior e a menor remuneração, em reais, atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes e dirigentes, relativos ao mês de dezembro, foram de R\$ 79.414,26 e R\$ 1.588,10 respectivamente (R\$ 74.504,42 e R\$ 1.483,02 em 2012). A remuneração média naquele mês foi de R\$ 8.553,29 (R\$ 7.650,25 em 2012). Os salários, encargos, contribuição de seguridade social e participação nos lucros da empresa em 2013 totalizaram R\$ 1.713.662 (R\$ 1.561.842 em 2012).

A remuneração atribuída a título de honorários da Diretoria e Conselho de Administração durante o exercício de 2013 montou em R\$ 8.475 (R\$ 7.509 em 2012).

27. PROMEF - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA FROTA

A Transpetro assinou contratos de compra e venda condicionada de navio com estaleiros nacionais para a construção de 49 navios e 20 comboios, no valor total de R\$ 11.1 bilhões conforme demonstrado abaixo:

de 45 Havios e Lo combolos, no vo	nor total de Ny 11.1 b	illioes comornie demonstrado abaixo.	
PROMEF I e II			
Qtd.	Tipo	Estaleiro	Valor R\$ (mil)
10	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2.850.018
5	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.266.902
4	Tanque/Produto	Estaleiro Mauá-Petro UM S.A.	651.687
4	Panamax	EISA-Estaleiro Ilha S.A.	856.406
4	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.785.654
3	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.141.147
8	Gaseiros	Estaleiro Promar S.A.	920.743
8	Produtos	EISA-Estaleiro Ilha S.A.	1.214.608
			10.687.165
PROMEF HIDROVIA			
Qtd.	Tipo	<u>Estaleiro</u>	Valor R\$ (mil)
20	Comboios	Estaleiro Rio Tietê	432.316
			177 716

A captação desses recursos (PROMEF I, II e HIDROVIA) foi feita junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal S.A. com recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM nas seguintes condições:

Taxa de juros

TJLP + 2,5% a.a.

Assunção de

<u>dívida</u>

Em dezembro

<u>de 2013</u>

PROMEF IIPROMEF Hidrovia	TJLP + 2,5% a.a. para nacionais e 3% p TJLP + 2,5% a.a. para nacionais e 3% p	
Partes responsáveis pelos aportes financeiros		Percentual de participação
Transpetro através de recursos próprios		10
BNDES e Banco do Brasil - financiamento à Transpetro		36
Estaleiro através de recursos próprios		8
BNDES e Banco do Brasil S.A financiamento aos Estalei	ros	46
Partes responsáveis pelos aportes financeiros (Hidrovia	.)	Percentual de participação
Transpetro através de recursos próprios		10
Caixa Econômica Federal - financiamento à Transpetro		90

Os percentuais supracitados correspondem aos percentuais globais e variam entre as partes a cada etapa do contrato.

1.059	_	(129.441)	_	_	_	96.445
).059)	303.272	_	43.217	82.779	435.242	2.047.690
	56.728	_	3.674			81.412
).05 <u>9</u>)	360.000		46.891	82.779	435.242	2.129.102
	360.000	(129.441)	46.891	82.779	435.242	2.225.547
			Juros	Juros	Assunção de	Em dezembro
<u>ncias</u>	Captações (+)	<u>Amortizações (–)</u>	capitalizados (+)	a resultado (+)	<u>dívida</u>	de 2012
ncias 0.743	Captações (+) –	Amortizações (-) (13.916)	<u>capitalizados (+)</u> _	<u>a resultado (+)</u> –	<u>dívida</u> –	<u>de 2012</u> 45.827
	Captações (+) - 184.553		<u>capitalizados (+)</u> - 51.282	<u>a resultado (+)</u> - 36.151	<u>dívida</u> - 352.638	
).743	-		-	-	-	45.827
).743	184.553		-	-	-	45.827 1.363.238

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa a Transpetro preocupa--se com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOX) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações. Para auxiliar este processo implementou, em 2010, ferramenta específica que efetua análise de risco no processo de criação e concessão de perfis de acesso, o GRC-AC (Governance, Risk and Compliance - Access Control).

(a) Risco de crédito

<u>Programa</u>

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia (Nota 1), 99% das operações são efetuadas com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração não espera haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

(b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros ao qual a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Considerando um possível aumento das taxas de juros do mercado, as despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, consequentemente, seria observado o impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2013 as dívidas mantidas pela Companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior do Grupo é protegida, principalmente, pelo fato de 99% das operações com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras.

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo federal, e financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

					Controladora 2013
	Valor contábil	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros					•
Partes relacionadas	188.602	188.602	_	_	_
Empréstimos e financiamentos (i)	2.225.547	230.713	248.265	760.994	2.673.137
Dividendos e juros sobre capital próprio	185.854	185.854	_	_	_
Fornecedores	281.128	281.128	_	-	_
					Consolidado
					2013
	Valor contábil	Até 1	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros					
Partes relacionadas	260.624	260.624	_	_	_
Empréstimos e financiamentos (i)	2.225.547	230.713	248.265	760.994	2.673.137
Dividendos e juros sobre capital próprio	185.854	185.854	_	-	_
F 1	202 407	202 407			

(i) Os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e parcelamentos.

As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração da Companhia.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ N° 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

A Administração entende não haver exposição significativa ao risco de liquidez uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades indica que os recursos existentes são suficientes para cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo junto a terceiros, na data de seus vencimentos.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem $financeira. Esse\'indice corresponde\`a d\'ivida l\'iquida expressa como percentual do capital total. A d\'ivida l\'iquida, por sua altra de la capital de la ca$ vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanco patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumarizados:

		<u>ontrotadora</u>
	2013	2012
Total dos empréstimos (Nota 27)	2.225.547	1.430.076
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(774.583)	(457.009)
Dívida líquida	1.450.964	973.067
Total do patrimônio líquido	4.832.426	3.905.768
Total do capital		4.878.835
Índice de alavancagem financeira - %	23	20

C	<u>ionsolidado</u>
2013	2012
2.225.547	1.430.076
<u>(1.136.884</u>)	(634.425)
1.088.663	795.651
4.832.426	3.905.768
5.921.089	4.701.419
18	17
	2013 2.225.547 (1.136.884) 1.088.663 4.832.426 5.921.089

28.3. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo determinado com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo com o BNDES e o Banco do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2013, não difere significativamente de seu valor contábil. Conforme descrito na nota explicativa 28, estes empréstimos são considerados como empréstimos a valor de mercado, visto tratar-se de uma linha de crédito pública (embora específica ao segmento) e sem similaridade nacional no que se refere a disponibilidade de recursos. As taxas vigentes para contratação em 31 de dezembro de 2013 são as mesmas taxas contratadas pela Companhia para os empréstimos já existentes naquela data, de TJLP + 2,5% a.a.

A hierarquia dos valores justos dos ativos financeiros registrados como títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante, correspondente aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras são classificados como de nível 2 por possuírem dados provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

28.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As descrições dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial (e seus respectivos critérios de manutenção) em 31 de dezembro de 2013 estão identificadas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado dessas cotas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Transações com partes relacionadas

Estes saldos estão classificados como recebíveis e passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Contas a receber de clientes

Estes saldos estão classificados como recebíveis e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER Presidente

EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JUNIOR Conselheiro

JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS

Conselheiro

Conselheiro

CARLOS AUGUSTO MULLER

OLAVO NOLETO ALVES Conselheiro

JOSÉ CARLOS CONSENZA

Conselheiro

Empréstimos e financiamentos

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

28.5. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado			
			2013
	Ativos ao valor		
	justo por meio	Empréstimos e	Outros passivos
	do resultado	<u>recebíveis</u>	financeiros
Ativos conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	1.136.884	-	_
Títulos e valores mobiliários	-	43.048	_
Contas a receber de clientes e partes relacionadas, líquido	_	817.627	_
Demais ativos circulantes	_	64.986	_
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	_	_	2.225.547
Fornecedores	_	_	282.483
Dividendos	_	_	185.854
Demais contas e despesas a pagar	_	_	19.614
			2012
	Ativos ao valor		2012
	7 turiou do 1 dio:	Empréstimos e	
	7 turiou do 1 dio:	•	Outros passivos
Ativos conforme balanço patrimonial	justo por meio	•	Outros passivos
Ativos conforme balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa	justo por meio do resultado	•	Outros passivos
· ·	justo por meio do resultado	•	Outros passivos
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários	justo por meio do resultado	<u>recebíveis</u>	Outros passivos
Caixa e equivalentes de caixa	justo por meio do resultado	<u>recebíveis</u> - 52.068	Outros passivos
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários Contas a receber de clientes e partes relacionadas, líquido	justo por meio do resultado	recebíveis - 52.068 709.359	Outros passivos
Caixa e equivalentes de caixa	justo por meio do resultado	recebíveis - 52.068 709.359	Outros passivos
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários Contas a receber de clientes e partes relacionadas, líquido Demais ativos circulantes	justo por meio do resultado	recebíveis - 52.068 709.359	Outros passivos financeiros - - - -
Caixa e equivalentes de caixa	justo por meio do resultado	recebíveis - 52.068 709.359	Outros passivos financeiros - - - - 1.430.076
Caixa e equivalentes de caixa	justo por meio do resultado 457.009 - - - -	recebíveis - 52.068 709.359	Outros passivos financeiros - - - - 1.430.076 266.676

28.6. Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES e Banco do Brasil S.A, atualizado pela TJLP que se manteve em aproximadamente 5,00% a.a. em 2013. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2013, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R\$ 27.819 e R\$ 55.639 (R\$ 19.664 e R\$ 39.327 em 2012), respectivamente, considerando um possível aumento desta taxa.

29. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento dos pronunciamentos contábeis aplicáveis as companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

30. GARANTIAS

A Companhia detém as seguintes cartas fiança em 31 de dezembro de 2013:

	Banco	<u>Valor garantido</u>
Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião	Banco do Brasil	555.888
Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião	Banco do Brasil	117.225
Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Banco Itau	171.052

A Companhia mantém seguros garantia contratados em 31 de dezembro de 2013 no montante total assegurado de R\$ 334.996 para fazer face as suas demandas judicias de natureza cível e trabalhista.

Adicionalmente 7 navios do Programa de Modernização da Frota (PROMEF) foram dados a título de garantia da dívida da Companhia junto às instituições financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO

Presidente

NILSON FERREIRA NUNES FILHO Direto **PAULO PENCHINA CORTINES FERREIRA** Diretor

CLAUDIO RIBEIRO TEIXEIRA CAMPOS Diretor

RUBENS TEIXEIRA DA SILVA

Diretor

PAULO CESAR MARQUES - Contador CRC-RJ-27061-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

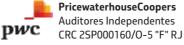
Conforme descrito na Nota explicativa nº 2.1 (b), as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme divulgado nas Notas explicativas nº 1 e 9, as operações da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014



Claudia Eliza Medeiros de Miranda Contadora CRC 1RJ087128/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 01/2014

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração de 2013, as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e o Orçamento de Capital para 2014, no valor de R\$ 2.371.751 mil. O Conselho Fiscal examinou, também, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2013, no valor de R\$ 924.460 mil, conforme a seguir: 1. Reserva Legal - R\$ 46.223 mil; 2. Reserva de Incentivos Fiscais - R\$ 17.665 mil; 3. Reserva de Retenção de Lucros - R\$ 299.662 mil; 4. Dividendos - R\$ 560.910 mil, sendo R\$ 195.256 na forma de Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

Em relação às Demonstrações Contábeis do exercício de 2012, aprovada pela Assembleia de Acionistas em 12 de abril de 2013, o Conselho Fiscal não vê óbice a que a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2014 delibere sobre a

ratificação do valor complementar dos dividendos destinados ao acionista relativo ao exercício social de 2012, no montante de R\$ 41.336 mil, aumentando-o de R\$ 256.660 mil para R\$ 297.996 mil.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 21 de fevereiro de 2014, sem ressalvas, bem como nos trabalhos desempenhados pelo Conselho Fiscal e nas informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício, o Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do ano de 2014.

SIDDHARTA PEREIRA PINTO Presidente

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014. PAULO JOSÉ ALVES Conselheiro

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO Conselheiro